

Tática de Sarney é agradar a Ulysses

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Cooptar Ulysses Guimarães; estender-lhe as mãos, obter sua colaboração e tentar armar, com a participação dele, estruturas políticas em condições de garantir o sucesso da transição democrática. Jamais ampliar o fosso que poderia afastar definitivamente o parlamentar paulista do Palácio do Planalto; muito menos admitir, contra ele, atos de retaliação e de vingança.

É essa, sem tirar nem pôr, a estratégia acertada entre o presidente José Sarney e Thales Ramalho, ontem transmitida pelo assessor especial ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Na terça-feira à noite, entre comemorações e euforia palacianas pela vitória do presidencialismo e dos cinco anos, Sarney e Thales começaram a conversar sobre o day after e suas consequências. Continuaram no dia seguinte, quando o ex-deputado federal se lançou em campo. Telefonou para Ulysses Guimarães, aproveitando para marcar uma conversa para ontem. Dentro do idioma característico dos antigos integrantes do extinto PSD, passou toda a estratégia — não apenas construiu pontes, mas também desbastou desencontros.

Ulysses ouviu mais do que falou, demonstrando satisfação. Há metas comuns ligando-o ao presidente da República: levar adiante e com sucesso a afirmação democrática; dotar o País, o mais breve possível, de uma nova Constituição; juntar forças para, depois da promulgação, vir a ser elaborada a melhor legislação complementar e ordinária possível, de modo a tornar viável o País — administrável e governável.

Não haverá, assim, perseguição nem isolamento de Ulysses Guimarães, conforme decidiu o próprio presidente José Sarney, mesmo contra a opinião de alguns de seus ministros. Thales Ramalho, debatedor de longa experiência, pensava da mesma forma. O importante é abrir espaços para o presidente da Assembleia Nacional Constituinte. Não deixá-lo sem saída, muito menos fornecer pretextos para que ele se transforme num adversário declarado do governo. Porque, fica evidente, o potencial de Ulysses Guimarães não deve ser subestimado, apesar de sua aparente derrota com a aprovação do presidencialismo e dos cinco anos. Se ficou impossível para ele assumir de imediato a chefia do governo, como primeiro-ministro, e muito difícil tornar-se candidato à Presidência da República, com as eleições previstas para o ano que vem, nem por isso se cometerá a ingenuidade de supô-lo à margem do processo atual. No mínimo, caso aliado ou hostilizado, ele poderia tornar-se perigoso adversário, capaz de desarrumar planos e propostas.

O apoio do presidente do

Alterações na equipe de auxiliares presidenciais estão previstas, mas não ocorrerão segundo critérios de ajuste de contas. Provavelmente não acontecerão de imediato. Apenas depois que a Assembleia Nacional Constituinte tiver decidido de vez a questão do mandato de Sarney, isto é, dentro de um mês ou pouco mais, na apreciação das disposições transitórias do projeto de nova Constituição.

Ao que parece, o presidente da República inverteu a ordem de seu plano de batalha. Antes de meter no Ministério, adotará as medidas de sacrifício na economia, já admitidas pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega. Não deverá anunciá-las de uma vez, sob a forma de pacote. Cuidará para que o seu impacto seja o menor possível. Iniciativas impopulares fatalmente despertarão reações na Constituinte, além de movimentos grevistas capazes de perturbar a ordem. Algumas precisarão necessariamente ser implantadas, e serão, mas a dosagem passa a fator importante na equação, especialmente até que as disposições transitórias estejam aprovadas.

Quanto à transformação em partido político do bloco governista de 304 deputados e senadores que apoiaram tanto o presidencialismo quanto o mandato de cinco anos, é improvável que seja intencional de imediato. Não estava mesmo nos planos de Sarney promover a mutação em tempo rápido. O bloco continuará em funcionamento, como tal, pelo menos no que depender de Sarney e de seus auxiliares, mas avançar o carro adiante dos bois, agora, e transformá-lo em partido seria ferir especificamente o PMDB — coisa que determinaria reação pronta e imediata de Ulysses Guimarães, a quem se tenta cooptar.

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte não ficará muito cômodo nesse novo figurino, mas terá alternativa melhor? Pode ser que não. Cauteloso, nunca foi dado a decisões e gestos repentinos. Sabe conservar espaços capazes de, pelo menos, atrair as metas oficiais, mas utilizá-los agora, numa atitude de confronto com o Palácio do Planalto, poderia jogá-lo nos braços da esquerda do PMDB. E essa posição, parece mais do que provado, não renderá dividendos. A maioria do partido optou pelos cinco anos, em clara advertência a seus líderes e dirigentes.

Por falar em cinco anos e na esquerda peemedebista, há que registrar uma especulação, talvez um receio, ontem mencionado pelo relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral. Ele votou nos quatro anos e teme que, na hora da discussão das disposições transitórias, uma emenda supressiva simplesmente retire do texto o artigo 4º, que dispõe sobre o término do período do presidente Sarney em 15 de março do ano que vem. Se isso acontecer, sem nenhum acréscimo,

PMDB será imprescindível para o sucesso das medidas que o governo pretende adotar na economia, com vistas a reduzir a inflação e retomar o desenvolvimento. Sem ele, crescerá o núcleo já esboçado de resistência a essas iniciativas. Sem ele, também, a nova Constituição poderá enveredar por caminhos desconexos e tornar o País ingovernável. Só com ele as leis complementares e ordinárias fluirão naturalmente.

Essa estratégia palaciana explica por que o presidente José Sarney, mesmo inclinado a promover a reforma do Ministério, afastou desde logo a hipótese de atingir os ministros mais chegados a Ulysses Guimarães, como Renato Archer, da Previdência Social, Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura. Não haverá caça às bruxas, nem a guilhotina cairá sobre peemedebistas, só porque são peemedebistas e ligados ao presidente do partido.

não faltarão áulicos para voltar a sustentar que o mandato de Sarney é de seis anos, não de cinco. Caracterizar-se-á um caso do chamado "direito intertemporal", isto é, a nova Constituição dispõe cinco anos para os futuros presidentes, e nada fala de Sarney, poderá valer a interpretação de que, para ele, fica tudo como antes. Foi eleito para permanecer seis anos, conforme as regras dispostas na atual Constituição, podendo valer-se de uma espécie de direito adquirido.

É claro que pesarão fatores políticos, junto com os jurídicos, mas, pelo menos, há o risco. O presidente já declarou abrir mão de um ano, fixou-se em cinco e, dentro dessa linha, votaram 304 constituintes. Não está afastado, porém, o perigo de voltarem a suscitar os seis anos e, nesse caso, diz Bernardo Cabral, faltarão razões jurídicas para sustentar a emenda. Para infelicidade de geral do País, completa.

Especulações desmedidas

Que os ministros militares reagiriam através de notas oficiais de declarações, se a Assembleia Nacional Constituinte tivesse aprovado os quatro anos, não há a menor dúvida. Viam agindo assim antes da decisão e não poderiam, pela lógica, ficar de boca calada. Acharam ótima a decisão pelos cinco anos e vão refluir. Mas daí a tirar dessa atitude já singular e inusitada dos ministros militares a ilação de que estavam preparados para dar o golpe, formar uma junta, depor o presidente Sarney e convocar eleições gerais, a distância é muito grande. Não há cavalo branco da imaginação que faça tamanho percurso sem correr o risco de tropeçar. Os 21 anos de ditadura, arbítrio e prepotência geram essas coisas. Se fizeram no passado, por que não fariam no presente?

Mas a resposta é clara. Não fariam porque pertencem ao presente, não ao passado. Apesar das raízes, de certas idiossincrasias e até dos exagerados alertas que andaram soltando por aí, é preciso analisar a atuação dos ministros militares pelo atacado, não pelo varejo. Têm mantido conduta exemplar, na defesa e na sustenta-

ção da Nova República. Foram até excitados pelo presidente da República, que também avançou o sinal, mas tudo fez parte de um jogo político, importando menos se certos grupos parlamentares caíram na armadilha. Em suma, é inadmissível supor ou acreditar que um golpe estivesse em marcha, com data marcada e intenções definidas em torno da formação de juntas e de tomada abrupta do poder. Não é mais assim que o processo funciona.

Conciliação

Coube ao deputado Roberto Freire, do Partido Comunista Brasileiro, um conselho de bom senso dado pelo deputado Ulysses Guimarães, na tarde de quarta-feira. A Assembleia Nacional Constituinte enrolava-se, toda na votação dos destaques à emenda Humberto Lucena, um dia depois da aprovação do presidencialismo e dos cinco anos. Do jeito que as coisas iam, poderia não dar buraco negro, mas atoleiro. Freire foi à Mesa Diretora e convenceu Ulysses a suspender a sessão, para que as lideranças conversassem. Deu certo.